

24 JUL 1987

O Brasil não pode parar

econ. Brasil

CORREIO BRAZILIENSE

Não há como negar que a Nova República recebeu uma herança cruel do ponto de vista econômico, o mais grave de todos os problemas brasileiros, com forte repercussão no setor social e até no plano político. Depois de empregar todo um receituário ortodoxo, o governo Sarney deu uma expressiva arrancada no sentido de fazer o País emergir do caos através do Plano Cruzado lançado em 28 de fevereiro de 1986. Foi uma tentativa séria em favor de melhores dias para o povo em geral que no entanto pecou pela extensão do prazo estabelecido para o congelamento geral de preços e salários, o que permitiu a arregimentação de grandes forças para liquidar as esperanças de milhões de brasileiros. Em seguida, veio o Cruzado II, débil arremetida oficial em meio a uma situação já calamitosa.

Mas o Executivo não esmoreceu.

Com a investidura de um novo Ministro da Fazenda, elaborou-se o Plano Bresser, aplicado em bases práticas e que tem merecido o aval de importantes áreas nacionais e mesmo do exterior, como se pode comprovar através de declarações de lideranças empresariais brasileiras e de autoridades econômicas de países desenvolvidos do porte dos Estados Unidos, por exemplo.

Ainda agora, quando o Ministro da Fazenda se encontra nos EUA sua tarefa de negociar a dívida externa perante credores norte-americanos encontra apoio em manifestações do Secretário do Tesouro e do dirigente supremo

do Federal Reserve. Eles não podem ignorar que em menos de um mês de vigência o novo plano brasileiro já reduziu a três por cento mensais a inflação, cujo quadro era de uma arrasadora espiral hiperinflacionária que prometia fechar este exercício acima dos mil por cento. Daí para a frente tudo poderia acontecer.

Se há, portanto, um trabalho de envergadura em execução pelo Governo, ele deve contar com o apoio de todo o País, desde as classes produtoras e os políticos, até os profissionais liberais e os assalariados de um modo geral. Torna-se necessária a compreensão geral para alguns sacrifícios que o momento exige. Da mesma forma como a indústria e o comércio têm de conter seus lucros a margens razoáveis, espera-se dos trabalhadores uma atitude de colaboração decisiva para o êxito da nova iniciativa governamental adotada com heroísmo para vencer a crise que não é só atual, pois vem de décadas e décadas. É preciso esquecer a sede do ganho fácil, exorbitante, mas também é imperioso deixar de lado, no momento, as reivindicações salariais e mais ainda não se cogitar de movimentos grevistas do tipo desse esboçado para o próximo dia 12 de agosto.

Existe no Brasil, sem dúvida, uma situação injusta em termos de salários, consequência sobretudo do arrocho que penalizou o trabalho nos 21 anos de arbítrio. Isso terá de ser reparado com a maior brevidade possível, mas depois que o Brasil livrar-se da carga de dificuldades que hoje en-

frenta. Nunca é demais bater na tecla de que não é nos instantes de crise que se repara situações negativas vindas de longo tempo. Uma greve da natureza que algumas lideranças de trabalhadores pretendem só fará mais sombrio o panorama econômico, em razão dos prejuízos decorrentes de qualquer paralisação do esforço produtivo nacional, com efeitos danosos até nos entendimentos internacionais com vistas a administrar a enorme dívida contraída pelo Brasil e cujo crescimento histórico faz tocar presentemente nos 110 bilhões de dólares.

Se houver a compreensão reclamada por qualquer espírito lúcido, é mais que certo a Nação sair desse quadro crítico e triunfar no diálogo econômico do front externo. Aqui, há o respaldo da extensão territorial com uma agricultura em ascensão e um sólido e diversificado parque industrial. No mais a questão básica está no trabalho, para o qual a população deve se voltar. O campo tem de superar-se em regime constante, passar dos 65 milhões de toneladas desta safra e dos setenta milhões previstos para a próxima, ultrapassar rapidamente os cem milhões e continuar a produzir sempre mais. A indústria conta com as condições imprescindíveis para funcionar a pleno, em três turnos. E o hábil operário brasileiro é a chave de tudo. Cabe-lhe lutar continuamente por seus direitos, que serão conquistados com certeza matemática. Mas não deve cruzar os braços em hipótese alguma, pois o Brasil não pode parar.